

SERVIÇOS JURÍDICOS

# Fusões e aquisições e reestruturações dividem 1.º semestre

**Primeiro semestre do ano na assessoria jurídica marcado pelo trabalho nas fusões e aquisições, mas também nas reestruturações de empresas por causa da crise pandémica.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**D**e um lado, as grandes operações de fusões e aquisições nas áreas das energias renováveis, infraestruturas de imobiliário ou saúde, mas também o apoio à redefinição das estratégias de financiamento. Do outro, as consequências da crise causada pela pandemia, com reestruturações, mudanças de âmbito laboral e intervenção junto das empresas dos setores mais afetados. Tal como adiantam ao Negócios vários atores do mercado da advocacia societária, o primeiro semestre do ano ficou marcado por esta dualidade ao nível da prestação dos serviços jurídicos.

Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu, divide a procura de assessoria jurídica da primeira metade do ano em duas grandes tendências. Relativamente ao primeiro grupo, Inês Sequeira Mendes diz encontrar áreas de prática como o societário, financeiro, fiscal ou contencioso, “cuja procura se mantém elevada, independentemente do contexto”, quer por terem “uma dinâmica regulatória muito forte”, quer por abarcarem “assuntos quotidianos das empresas e dos cidadãos que necessitam de um acompanhamento constante do ponto de vista jurídico”, diz.

Já no que diz respeito à segunda tendência, estão em causa os setores da saúde, energia, tecnologia, mobilidade e comunicações, que segundo a sócia da Abreu “têm tido um crescimento significativo de investimento”, o que se deverá manter, acredita, na segunda metade deste ano.

Também o advogado Tomás Vaz Pinto, sócio da Morais Leitão, sublinha que no período em apreço “se manteve a forte dinâmica que já vinha de trás” ao nível das operações de fusões e aquisições. Segundo adianta, tal pode explicar-se, em parte, pelo facto de “continuar a verificar-se uma grande apetência por partes dos fundos de ‘private equity’ para fazer compras em Portugal, particularmente nos setores da energia, imobiliário e empresas tecnológicas”.

O primeiro semestre de 2021 foi bastante ativo na assessoria jurídica, admite Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ. Também este advogado destaca a área de societário e de fusões e aquisições, “em que as infraestruturas e transportes, energias renováveis, imobiliário, tecnologias e o setor financeiro foram os mais fortes e com mais transações”.

O sócio da PLMJ adianta que este está a ser também “um ano muito forte para a área de bancário e financeiro”, onde sublinha o

apoio dado a empresas na reorganização das suas estratégias de financiamento”, bem como “o maior apetite pelo mercado de capitais, designadamente operações de emissão de dívida e titularizações e gestão das moratórias”.

Bruno Ferreira enfatiza que não menos relevante é o trabalho na área laboral. “Se 2020 foi um ano de reação à pandemia que ninguém podia antecipar, nesta fase falamos já dos impactos da pandemia na atividade económica e do ajustamento que as em-



Crise causada pela pandemia afetou seto



**Expectativas [...] para segundo semestre estão altamente dependentes da evolução pandémica em Portugal e no mundo.**



**INÊS SEQUEIRA MENDES**  
Managing partner  
da Abreu Advogados



**Existe preocupação com o excessivo endividamento do Estado, sobretudo se a pandemia se prolongar para além de setembro.**



**TOMÁS VAZ PINTO**  
Sócio e coordenador de societário e M&A da Morais Leitão



**O segundo semestre será também o período em que vamos ver diminuídos os apoios criados [...] para resposta à crise.**



**BRUNO FERREIRA**  
Managing partner  
da Abreu Advogados



res específicos, como o turismo, mas teve impacto em toda a economia.

## Entre as verbas do PRR, o fim das moratórias e o receio da pandemia

presas estão a ser obrigadas a fazer, bem como de um repensar dos modelos tradicionais de trabalho”, explica ainda o sócio da PLMJ.

Já Miguel Miranda, presidente da comissão executiva da PRA, sublinha que “o primeiro semestre deste ano foi ainda fortemente marcado pelas restrições relacionadas com a pandemia, sobretudo nos setores do turismo e lazer”. Segundo adianta, face à realidade existente, “a área de laboral manteve-se muito ativa”.

De acordo com o mesmo advogado e sócio da PRA, no período em apreço “as solicitações dos clientes empresariais foram orientadas por preocupações de reestruturação societária, nalguns casos de retoma de projetos de investimento que estavam suspensos por efeito da incerteza causada pela pandemia e, mais no final do semestre, com temáticas contratuais relacionadas com as quebras sentidas na cadeia de distribuição de matérias-primas e semicondutores”. ■

Que expectativas existem relativamente ao comportamento da economia do país para os meses finais do ano? De bom, dizem os advogados que o Negócios questionou, será de salientar a chegada das primeiras verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas também o estímulo ao consumo ditado pela redução das medidas restritivas. De mau, importa referir o fim das moratórias bancárias, o que pressionará empresas e famílias, bem como as incertezas em torno do turismo e dos custos laborais que a sua crise está a acarretar.

“Existe alguma preocupação quanto ao excessivo endividamento do Estado, sobretudo se a pandemia se prolongar para além de setembro e for necessário prorrogar os apoios às pessoas e empresas”, explica Tomás Vaz Pinto, sócio da Moraes Leitão. Contudo, o mesmo advogado adianta que “o sentimento predominante é que a crise mais cedo ou mais tarde vai passar, até porque as economias de países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, estão a recuperar a um ritmo considerável e isso poderá beneficiar Portugal no curto/médio prazo”.

Já para Miguel Miranda, líder da sociedade PRA, “o principal receio é que o retorno à normalidade pré-pandémica possa não ocorrer de forma completa até final do ano e se possa vir a prolongar durante o 1.º trimestre de 2022”. De resto, adianta, as expectativas são, em geral, “bastante otimistas no

que concerne ao lançamento de novos investimentos públicos, à consolidação do regresso do investimento estrangeiro e dos projetos, em especial nos setores da saúde, do imobiliário, das tecnologias de informação e do ambiente”.

### Tudo depende da pandemia

Quaisquer expectativas que possam ser adiantadas neste momento relativamente ao segundo semestre do ano estão altamente dependentes da evolução pandémica em Portugal, defende Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu.

Ainda assim, a advogada lembra que a chegada dos primeiros fundos do PRR, já na próxima semana, “terá um impacto relevante no investimento até ao final deste ano”. Depois, a concretizar-se uma redução das medidas restritivas impostas pela pandemia, “poderá haver um estímulo ao consumo privado, que havia sofrido uma redução significativa em 2020, e uma melhoria dos indicadores económicos em setores como o turismo, a restauração ou o retalho”, evidencia Inês Sequeira Mendes.

Há contudo o reverso da medalha e esse prende-se com o fim das moratórias públicas, previsto para setembro. Tal como evidencia a sócia da Abreu, “é esperado um aumento dos créditos em incumprimento por parte das famílias e empresas, o que poderá ter um impacto significativo na economia nacional”.

### Lado mau e lado bom das expectativas

Pedro Rebelo de Sousa, sócio-fundador da SRS, destaca que que o segundo semestre “será de continuidade expectante no bom e mau sentido”. Bom, “na expectativa da chegada do PRR e do encerramento esperado de dossiês complexos, como o Eurobic, Groundforce ou Efacec”, mas “mau, na expectativa de alguma reversão relacionada com a pandemia”, apesar de se considerar que este cenário será cada vez menos provável.

“Pelos números que vão sendo conhecidos em termos de evolução do PIB, designadamente de entidades internacionais, percebemos que Portugal está numa trajetória de recuperação que podemos considerar até robusta”, evidencia, por seu turno, Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

Há porém alguns pontos de interrogação, “a começar pela utilização dos fundos estruturais que tem de ser criteriosamente feita e a pensar em crescimento e não numa lógica de subsídio e de amortecedor de impacto económico”, enfatiza Bruno Ferreira.

Para o sócio da PLMJ, o segundo semestre será “o período em que vamos ver diminuídos os apoios criados na primeira fase da resposta à crise, das moratórias a outros instrumentos laborais”. Mais, “para o turismo, 2021 voltou a ser um ano perdido e, dado o seu peso na economia e no mercado laboral, será com certeza um fator de pressão”, conclui este advogado. ■



**O principal receio [...] é que o retorno à normalidade pré-pandémica possa não ocorrer de forma completa até final do ano.**



**MIGUEL MIRANDA**  
Presidente da Comissão Executiva da sociedade PRA



**O segundo semestre será de continuidade. Bom na expectativa do PRR [...] Mau na expectativa de uma reversão [...] da pandemia.**



**PEDRO REBELO DE SOUSA**  
Managing partner e sócio fundador da SRS



CENSOS 2021 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL

**10.347.892**

País perde população pela primeira vez desde 1970 | Centro de Lisboa ficou sem um quarto dos residentes | Litoral ganhou mais habitantes

ECONOMIA 12

# negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 29 de julho de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4546 | € 2,70  
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

**NOGUEIRA LEITE**  
A má regulamentação  
pode matar a inovação  
OPINIÃO 27



**ROCHA ANDRADE**  
Para mexer num sistema  
eleitoral convém ter propósito  
OPINIÃO 26



## Há pensões na CGA que chegaram a levar 10 meses a serem pagas

Tribunal de Contas aponta atrasos no processamento de pedidos, em 2019, para quem descontou para o público e privado. Tempo médio está hoje nos oito meses.

ECONOMIA 13

#  
OS MAIS  
PODEROSOS  
2021



#44

Lidera um regulador cujos poderes reforçou, está a acabar o seu mandato e sai pela porta da frente.



#43

Já não exerce funções executivas, mas a sua história no meio em que se insere ajuda muito.

PODEROSOS 4 a 11

## Aquisições vão puxar pelas contas da Greenvolt

Lucros caem, mas Manso Neto prevê recuperação no terceiro trimestre.

EMPRESAS 20



PHI BOUTEUF

**Advogados**  
Reestruturações e fusões animam o setor jurídico

LEX 14 e 15

**Infraestruturas**  
Mota e Vinci limpam dívida da Lusoponte

EMPRESAS 18 e 19

Publicidade

**BA&N**  
Communications Consultancy  
Communications consultancy designed to deliver results.  
www.ban.pt

Robinhood entra em bolsa ao colo das redes sociais

MERCADOS 22 e 23

Powell dá mais um passo para retirar estímulos monetários

HOME PAGE 2